

# CRIME OU LUTA? O AUTOENGANO E A MEMÓRIA PERVERSA

---

**Maria Zaira Turchi\***  
**Eugênia Fraietta\*\***

*Resumo:* “O enfermeiro”, de Machado de Assis, expõe o processo de engodo da própria consciência do narrador-personagem e, por meio de forjadas transparência e sinceridade, pretende corromper o leitor. Esse processo ultrapassa a simplicidade da mentira e da deliberação consciente e solicita um grau decente de espontaneidade: a fatalidade engole o crime cometido, o interesse devora a consciência. Configura-se um homem mais complexo que ajustou valores a interesses, e não o conflito romântico entre essência e aparência. Os valores formam-se no conflito, e não nas abstrações seguras.

*Palavras-chave:* conto; Machado de Assis; autoengano.

*Considererei o caso, e entendi que se uma coisa pode existir na opinião, sem existir na realidade, e existir na realidade, sem existir na opinião, a conclusão é que das duas existências paralelas, a única necessária é a da opinião, não a da realidade que é apenas conveniente (ASSIS, 1998, p. 365).*

*Pra que serve a piedade, senão para apagar a face do delito? [...] “Perdoai meu torpe assassinato?” Isso não pode ser, pois retenho a posse Dos benefícios que me levaram ao crime – É possível ser perdoado retendo os bens do crime? (SHAKESPEARE, 2009, p. 85).*

Antes de nós, leitores, e do conto, a história de Procópio já foi avalizada. Um ouvinte anterior a nós encorajou Procópio a registrá-la nas páginas de um livro.

---

\* Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Titular na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia – GO – Brasil. Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg). E-mail: zaira.turchi@gmail.com.

\*\* Mestranda em Estudos Literários na Faculdade de Letras da UFG.

O narrador, o próprio protagonista – condição que potencializa a parcialidade –, instaura o relato partindo de uma confirmação externa e anterior. Conosco, leitores de então, forma-se uma espécie de cadeia de ouvintes-leitores com a implicação – e a complicação – do endosso prévio. Além disso, teremos um narrador protegido pela morte, já que nada deverá ser divulgado antes que Procópio morra; não tardará muito, está desenganado. A morte consumada do narrador amortece de antemão o impacto possível dos fatos e confere ao relato um tom irremediável, além de, também de antemão, cair como um véu atenuante sobre o narrador. A história que se seguirá foi fruto de uma seleção dentre outros episódios interessantes da vida de Procópio:

*Olhe, eu podia mesmo contar-lhe a minha vida inteira, em que há outras coisas interessantes, mas para isso era preciso tempo, ânimo e papel, e eu só tenho papel; o ânimo é frouxo, e o tempo assemelha-se à lamparina de madrugada. Não tarda o sol do outro dia, um sol dos diabos, impenetrável como a vida. Adeus, meu caro senhor, leia isso e queira-me bem; perdoe-me o que lhe parecer mau, e não maltrate muito a arruda, se lhe não cheira rosas. Pediu-me um documento humano, ei-lo aqui. Não me peça também o império Grão-Mogol, nem a fotografia dos Macabeus; peça, porém, os meus sapatos de defunto e não os dou a ninguém mais (ASSIS, 1998, p. 208).*

Uma vez apiedados do moribundo, ele antecipadamente nos pede perdão pelo que nos parecer mau e nos oferece, também prematuramente, uma herança: seus sapatos de defunto. Ao lermos esse “documento humano”, cujo narrador já está morto, a nós parece restar quase nada a fazer e várias conclusões a tirar.

Assim abre-se o conto “O enfermeiro” que, desde a sua apresentação, já revela uma série de questões delicadas para sua avaliação – seletividade narrativa, perdão, herança – e algumas desconfiâncias acerca do narrador-personagem.

Nós, leitores, seremos cúmplices de algo no mínimo comprometedor do qual Procópio protege-se com a própria morte, mas que nos será revelado de qualquer forma por meio de um “documento humano”. Além de recebermos sua história, poderemos também herdar seus sapatos. O compromisso, que pode nos assegurar a herança, fica sugerido com o pedido: “Adeus, meu caro senhor, leia isto e queira-me bem; perdoe-me o que lhe parecer mau” (ASSIS, 1998, p. 208) que, sugerindo a possibilidade da maldade no relato, apela para o sentimentalismo do leitor. Contudo, a importância maior do trecho, que requer cuidado redobrado, é que, com o pedido, o narrador aparenta sinceridade absoluta na quase admissão de suas prováveis falhas. A ambiguidade do narrador impõe-se desde o início ao estabelecer uma relação com o leitor que desliza entre piedade e desconfiança, cumplicidade e comprometimento sempre sob a aparência da confissão transparente. É, no mínimo, curioso: protegido pela morte, Procópio parece dizer: Sim, contarei tudo, até a maldade; estou disposto a revelar tudo, a confessar tudo. Notem como sou sincero.

Neste ponto da enunciação, isto é, posterior aos eventos que serão narrados, a questão de Procópio parece ser a busca de um juiz – nós, leitores – que arbitre em causa própria:

*Por que não seguir a excelente recomendação aristotélica e buscar uma resposta de fora, dada por alguém que não seja tão parcial em relação a mim mesmo quanto eu próprio? Mas, para que o juiz imparcial possa dizer-me se costume ou*

*não ser honesto comigo mesmo, ele precisa saber como sou por dentro – como tenho pensado, como cheguei a acreditar no que acredito, como enfrentei temores e dilemas, por que agi quando agi, como e por que tomei algumas decisões delicadas na vida etc.*

*Não seria preciso, é claro, relatar absolutamente tudo que sei sobre mim, apenas o essencial. Bastaria uma confissão aberta e corajosa, um testemunho franco até a medula, ao estilo das autobiografias que nos prometem abrir o jogo, contar tudo, cavar no coração da ferida, mas com uma diferença crucial. [...] Seria um encontro privado e sob estrito sigilo. Um abrir-se ao outro mais próximo do confessorário ou do divã do que da confissão autobiográfica como gênero literário (GIANNETTI, 1998, p. 99-100).*

Ademais, deve-se levar em conta nesta avaliação a quase que consequente incoerência entre a sobreposição de acontecimentos selecionados e sedimentados pela memória de um homem que precisa se proteger na própria morte – garantia absoluta de privacidade e sigilo – e a ilusão fácil de um relato autêntico que recupere o “calor da hora”.

Procópio, então à beira da morte, retrocede e dá sequência ao relato. Aos 42 anos sem qualquer ambição profissional ou talento especial, cansado de ser teólogo, ou melhor, copista de um padre em Niterói, aceita o convite de um vigário do interior para servir de enfermeiro do coronel Felisberto mediante um bom salário. A apresentação revela o coronel como um homem de olhos de gato, riso maligno e feições duras que pergunta bruscamente a Procópio se ele é gatuno, todavia, mais tarde, manifesta ao vigário sua simpatia pelo novo enfermeiro, que escolhe chamar de Procópio em detrimento do sobrenome Valongo. Após sete dias de convivência amena, o coronel, que fora mau desde criança, faz da vida de Procópio um inferno de injúrias e destratos até que o enfermeiro decide partir. O coronel insiste dizendo que está nas últimas e Procópio acaba ficando. Em completo isolamento, Procópio ameaça várias vezes deixar o coronel até que, habitado pelo “fermento de ódio e aversão” (ASSIS, 1998, p. 211), resolve sair. Antes disso, o coronel, num acesso, acaba ferindo Procópio que investe contra o velho esganando-o até a morte: “tal foi a dor que *não vi mais nada*; atirei-me ao doente, pus-lhe as mãos no pescoço, *lutamos*, e esganei-o” (ASSIS, 1998, p. 212, grifo nosso).

O que se segue é o enfrentamento conflituoso de Procópio com sua consciência que se manifesta, primeiro, em “delírio vago e estúpido”, em “vultos” e “vozes surdas” e acaba bradando: “assassino! assassino!” (ASSIS, 1998, p. 212).

Nesse primeiro momento, à culpa soma-se a ideia do castigo social, da privação da liberdade: “Aqui o temor complicou o remorso” (ASSIS, 1998, p. 213). Numa situação de absoluto afastamento social e ausência de testemunhas e de amparo, inicia-se o embate entre a consciência de Procópio, que o acusa de assassino, e o temor da punição. Surge o fato inequívoco do crime que deverá ser profundamente alterado para que a consciência seja alterada. Procópio começa uma espécie de deslocamento desculpabilizante: amaldiçoa a “hora” em que aceitou o trabalho, injetando a fatalidade ao ato, e relativiza a culpa estendendo a responsabilidade aos que lhe arranjaram o trabalho: “Agarrava-me à cumplicidade dos outros homens” (ASSIS, 1998, p. 212). Na busca de amparo, depara-se com a natureza machadiana, estática e insensível:

*Como o silêncio acabasse por aterrar-me, abri uma das janelas, para escutar o som do vento, se ventasse. Não ventava. A noite ia tranquila, as estrelas fulguravam, com a indiferença de pessoas que tiram o chapéu a um enterro que passa, e continuam a falar de outra coisa* (ASSIS, 1998, p. 212-213).

Ao amanhecer do dia seguinte, Procópio dá início a um processo de dissimulação e ocultação que apenas começa com a preparação do corpo: “cheguei a pensar na fuga; mas era confessar o crime, e, ao contrário, urgia fazer desaparecer os vestígios dele” (ASSIS, 1998, p. 213). Não acata a ideia prematura de partir logo cedo para ver o irmão, que realmente estava doente, pelas suspeitas que poderiam ser levantadas, e escolhe um preto velho e míope para ajudá-lo a amortilhar o cadáver. O momento de fechar o caixão é crucial e o tremor das mãos, que poderia delatá-lo, é lido como sentimento de perda pelas outras pessoas. Embora a leitura equivocada do “tremor das mãos” (ASSIS, 1998, p. 214) tenha sido o endosso providencial à realidade forjada por Procópio, ele não obtém alívio com a recente descoberta da relatividade do fato: “Quando tudo acabou, respirei. Estava em paz com os homens. Não o estava com a consciência” (ASSIS, 1998, p. 214). A consciência do crime ainda perturba Procópio, apesar de o castigo social não ser mais uma ameaça. O fato, até então compreendido e definido como “crime” na consciência de Procópio, deverá ser reinterpretado a fim de aplacar o conflito.

Assim, ao se estruturarem duas histórias, a da consciência de Procópio e a das pessoas que estão de fora do fato, Procópio terá de absorver a história externa, pública para que tenha paz, ou melhor, para que tenha a “consciência tranquila” e se desvencilhe do incômodo peso da culpa, afinal “ninguém suporta conviver com uma imagem eticamente repugnante de si mesmo por muito tempo” (GIANNETTI, 1998, p. 50). Longe do crime – temporal, espacial e judicialmente –, Procópio engendra uma batalha insidiosa contra a própria consciência. Não só aproveita a ilusão criada pelas pessoas, elogiando o coronel como boa criatura de coração de ouro, como manda rezar uma missa “pelo eterno descanso do coronel” (ASSIS, 1998, p. 214), sem dizer nada a ninguém, dobra a espórtula do padre e distribui esmolas. O procedimento é claramente uma tentativa de iludir a si mesmo e não aos outros que já estão iludidos: “Não queria embair os homens; a prova é que fui só” (ASSIS, 1998, p. 214). Além disso, ao associar à imagem do coronel certa leveza – “E contava dele algumas anedotas alegres, rompan-tes engraçados...” (ASSIS, 1998, p. 214) –, ele o redime perante as pessoas e se desculpabiliza por outro viés, vale dizer, prestando um favor à memória do coronel tão amaldiçoada por todos. A consciência de Procópio altera-se, equivalendo-se à opinião externa, em franco progresso – como, aliás, parece ter pressentido o próprio coronel ao preferir o nome Procópio (do grego, aquele que progride). A mentira começa a tornar-se verdade, o fato – crime – e o julgamento dele proveniente – assassino – começam a perder suas qualidades de absoluto e autônomo.

Numa simetria compensatória aos sete dias que antecederam a “vida de cão” de Procópio e após os quais ele não descansou, sete dias após ter chegado ao Rio de Janeiro, fugindo do local do crime, ele recebe a carta do vigário dizendo ser ele, Procópio, o herdeiro universal do coronel. A carta chega como resposta irônica à questão perturbadora feita pela consciência de Procópio no dia do velório do coronel: “Caim, que fizeste de teu irmão?” (ASSIS, 1998, p. 213). Enquanto Caim é amaldiçoado pelo pai e privado dos frutos da terra, aqui a maldição bi-

blica se inverte e a morte do coronel é apenas o início da fatura para Procópio. Mas antes disso, a herança representa um problema a mais para a sua consciência ainda inquisidora.

Nesse sentido, Procópio evoca mais claramente o argumento alentador da fatalidade: “Pareceu-me que lia mal, fui a meu irmão, fui aos amigos; todos leram a mesma coisa. *Estava escrito*; eu era o herdeiro universal do coronel. [...] assim por uma ironia da *sorte*, os bens do coronel vinham parar às minhas mãos” (ASSIS, 1998, p. 215, grifo nosso). O destino dribla a consciência ainda mais inoportuna. A consciência de Procópio capitula ante a inconveniência de sua rigidez e, contaminada pelo vocabulário financeiro, desde o evento da herança, torna-se cada vez mais elástica esquivando-se da recusa absoluta da herança com o expediente do “meio-termo”:

*Cogitei em recusar a herança. Parecia-me odioso receber um vintém do tal espólio; era pior do que fazer-me esbirro alugado. Pensei nisso três dias, e esbarrava sempre na consideração de que a recusa podia fazer desconfiar alguma coisa. No fim dos três dias, assentei num meio termo; receberia a herança e dá-la-ia toda, aos bocados e às escondidas. Não eram só escrúpulos; era também o modo de resgatar o crime por um ato de virtude; pareceu-me que ficava assim de contas saldas* (ASSIS, 1998, p. 215, grifo nosso).

O móvel não é mais só estar em paz com a consciência, livrando-se do remorso e da culpa, que exibem uma imagem repugnante de si mesmo; a partir de então, é o interesse pela herança que passa a reger toda a alteração da realidade, e remorso e culpa passam a complicar não apenas o recebimento, mas, sobretudo, o desfrute da herança.

Ao retornar à vila para receber a herança, a consciência ainda o perturba com a “sombra do coronel” e a “noite horrenda do crime”:

*Crime ou luta? Realmente, foi uma luta em que eu, atacado, defendi-me, e na defesa... Fixei-me nessa idéia. E balanceava os agravos, punha no ativo as pancadas, as injúrias... Não era culpa do coronel, bem o sabia, era da moléstia, que o tornava assim rabugento e até mau... Mas eu o perdoava tudo, tudo... O pior foi a fatalidade daquela noite... Considerarei também que o coronel não podia viver muito mais; estava por pouco; ele mesmo o sentia e dizia. Viveria quanto? Duas semanas, ou uma; pode ser até que menos. Já não era vida, era um molambo de vida, se isto mesmo se podia chamar ao padecer contínuo do pobre homem... E quem sabe mesmo se a luta e a morte não foram apenas coincidentes? Podia ser, era até o mais provável; não foi outra coisa. Fixei-me também nesta idéia...* (ASSIS, 1998, p. 215, grifo nosso).

Chega o momento crucial do processo de autoengano e de perversão da memória. A ideia da fatalidade entra definitivamente para a consciência de Procópio que trabalha, ao mesmo tempo e paralelamente, com outros argumentos atenuantes. Não só o fato do crime é completamente reinterpretado ganhando significado diverso e vantajoso, como também a maldade do coronel é inteiramente abonada pela doença, o que leva Procópio a inverter a culpa e perdoar o coronel por aquilo que acabara provocando: não mais seu assassinato, mas tão somente sua morte acidental e inevitável. Por fim, a esse raciocínio, soma-se a relativização da vida do coronel; Procópio inocenta-se pela possibilidade bastante provável de ter feito, ao final das contas, um bem ao velho visto a qualidade de vida que levava.

Na distância dos eventos, na absorção da mentira como verdade, o terreno fica cada vez mais escorregadio. Procópio precisa “engolir” a mentira como verdade, melhor dizendo, ele precisa absorver a verdade que fora mentira. Assim, ele não mente deslavadamente; ele altera a verdade a partir de elementos contidos na própria verdade finamente – e descaradamente – adulterados. A luta não é verdade, mas ela poderia ser uma possibilidade dada à circunstância de ter sido agredido, e assim por diante. Esse processo ultrapassa os moldes do simples mentir ou do enganar alguém, como também a intenção consciente, deliberada, planejada e artificial do enganar-se a si próprio. O interesse é uma força sub-reptícia – no sentido de fraudulenta e furtiva – que, para a efetivação de suas benesses, solicita um grau decente de espontaneidade no processo de alteração da consciência do crime:

*A diferença entre enganar o outro e enganar-se a si mesmo, vale frisar, reside no fato de que o auto-engano é, por sua natureza, uma ocorrência passiva, ou seja, fechada à atenção consciente e sujeita a uma lógica peculiar. Nele não há lugar para deliberação, a má-fé e o cálculo frio característicos dos casos mais claros de logro e tapeação interpessoal. Se a luz da atenção consciente é o farol do hipócrita social – uma mentira puxa a outra e todo cuidado é pouco para não ser pilhado no pulo – ela é fatal para o trabalho subterrâneo e anônimo do hipócrita interior (GIANNETTI, 1998, p. 121).*

A princípio atordoado com a chegada à vila, Procópio tão logo se vê envolvido com o inventário e assegurado pela impunidade e pela adulação, é tomado pela malignidade:

*E referiam-me casos duros, ações perversas, algumas extraordinárias. Quer que lhe diga? Eu, a princípio, ia ouvindo cheio de curiosidade; depois, entrou-me no coração um singular prazer, que eu, sinceramente buscava expelir. [...] E o prazer íntimo, calado, insidioso, crescia dentro de mim, espécie de tênia moral, que por mais que a arrancasse aos pedaços, recompunha-se logo e ia ficando (ASSIS, 1998, p. 216).*

Aqui começam a surgir respostas às perguntas aparentemente gratuitas e inconvenientes do coronel Felisberto: “Você é gatuno?”, “Você crê em almas de outro mundo, Procópio? [...] E por que é que não há de crer, seu burro?” (ASSIS, 1998, p. 209-210). O tema do legado inoculado no início da narrativa pela oferta dos sapatos de defunto confirma-se com a complementação do tema da apropriação contido na pergunta do coronel. Ainda é preciso considerar, paralelamente a essas relações, o fato de que realmente Procópio seria “burro” em não acreditar em “almas do outro mundo”, em outras palavras, em não crer que o coronel pudesse de alguma forma retornar, no caso, não apenas sob a forma da herança, mas, sobretudo, com a malignidade de que Procópio já experimenta pessoalmente.

Ao chegarmos ao fim do conto, nós, leitores, chegamos também às últimas alterações necessárias à consciência de Procópio para que aquela lei da verdade subjetiva e recalçada converta-se definitivamente no signo público que favoreça e legitime seus interesses. A princípio Procópio nem mesmo iria receber a herança, no entanto, após a intenção desculpabilizante, tem-se o que ele chamou muito acertadamente, primeiro, de “meio-termo” e, mais tarde, de “afetação”: “receberia a herança e dá-la-ia toda, aos bocados e às escondidas” (ASSIS, 1998, p. 215). Entretanto, com o passar do tempo e de posse de toda a herança, con-

vertida em títulos e dinheiro, Procópio restringe o plano original, passando à finalização daquele “meio-termo” e admitindo a afetação daquele ato, então desnecessário, visto a já completa coincidência entre a consciência e o interesse:

*[...] a idéia de distribuí-la toda em esmolas e donativos pios não me dominou como da primeira vez; achei mesmo que era afetação. Restringi o plano primitivo: distribuí alguma coisa aos pobres [...] ao todo trinta e dois contos. Mande também levantar um túmulo ao coronel, todo em mármore [...]* (ASSIS, 1998, p. 217).

Na conclusão dada por Procópio ao conflito inicial com a consciência, “a propaganda substitui a verdade; a opinião desbanca a realidade, que em conflito com a opinião, perde a existência” (FAORO, 1988, p. 501-502). O móvel de construir um túmulo para o coronel já não é mais o mesmo que o fizera rezar uma missa em sua memória; agora o ato confirma a verdade forjada e, coroando a memória do coronel, confirma também a aceitação do legado.

No penúltimo parágrafo, o restolho daquela consciência, evocado pela lembrança do acontecido, parece se diluir na verdade forjada e sedimentada pelos anos, no entanto prevalece a ambiguidade. A memória, diz Procópio, está “cinzenta e desmaiada” (ASSIS, 1998, p. 217), como que se justificando dos esquecimentos – propositais? Ao confessar que questionava os médicos acerca das moléstias do coronel e obtinha a confirmação de sua morte, talvez exagerando involuntariamente a descrição, revela um cinismo maligno em provocar situações que corroborem sua verdade na audácia da confissão protegida pela morte. Ao final, tem-se a comprovação de que a alteração do fato no plano abstrato passou definitivamente para o plano concreto legitimado pela sociedade: “mas a verdade é que ele devia morrer, ainda que não fosse *aquela fatalidade...*” (ASSIS, 1998, p. 217, grifo nosso). A fatalidade engoliu o crime. O interesse devorou a consciência.

A manipulação e a deturpação da realidade em favor dos interesses apontam para a conclusão de que os fatos não são tudo e que os sentimentos e, justamente, os interesses talvez expliquem melhor os fatos do que vice-versa, contrariando o que proferiu Jacobina, em “O espelho”: “Os fatos explicarão melhor os sentimentos; os fatos são tudo. A melhor definição do amor não vale o beijo da moça namorada; e, se bem me lembro, um filósofo antigo demonstrou o movimento andando. Vamos aos fatos” (ASSIS, 1998, p. 31-40).

A ideia de que são fatos o que o homem decide como tal e de que, portanto, os fatos dependem de um determinado ponto de vista e são constituídos por vários planos e por várias forças, e não somente a partir de um só ângulo, descobre a teoria de Jacobina e explica o raciocínio de Procópio. Descobre a teoria de Jacobina porque mostra os movimentos da consciência que se desvirtua gradualmente, sem que, ao fim, sejam necessários o mascaramento, o fingimento calculado; o que sobra é um homem mais complexo que ajustou valores a interesses, e não o conflito romântico entre essência e aparência.

Segundo Giannetti (1998, p. 106), “o fulcro do auto-engano não está no esforço de cada um em parecer o que não é. Ele reside na capacidade que temos de sentir e acreditar de boa-fé que somos o que não somos”. Aqui é pertinente uma emenda que retifique um eco romântico desmaiado: o fulcro do autoengano reside na capacidade de sentir e crer que somos, então, aquilo que não éramos, mas que nos tornamos uma vez diante das circunstâncias, dos interesses, dos conflitos, do choque áspero e imprevisível com a realidade. Assim, os valores formam-se no conflito, e não nas abstrações seguras.

De teólogo fajuto e enfermeiro improvisado, Procópio passa a ter autoridade suficiente para fazer uma emenda ao Sermão da Montanha no último parágrafo do conto: “Bem-aventurados os que possuem, porque eles serão consolados” (ASSIS, 1998, p. 217). Da indefinição à definição, do anonimato despossuído à relevância social e econômica, o caminho de Procópio leva a crer que

*[...] tudo o que constitui fragilidade da identidade se revela assim oportunidade de manipulação da memória, principalmente por via ideológica. Por que os abusos da memória são, de saída, abusos do esquecimento? Nossa explicação, então, foi: por causa da função mediadora da narrativa, os abusos da memória tornam-se abusos do esquecimento. De fato antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. [...] Como notamos então, a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela (RICOEUR, 2007, p. 455).*

Vale lembrar que, aos 42 anos, Procópio era terreno fértil à perversão, tinha uma personalidade bastante propícia ao desvio. Não se impõe perante as injúrias do coronel mostrando-se resignado e subserviente; não tem firmeza de opinião, retidão de caráter e só age no limite. Toda essa frouxidão de valores e essa indolência na personalidade adaptam-se e respondem muito bem à atmosfera de perversidade no isolamento da casa do coronel.

Ao consumir a perversão da consciência em prol de seus interesses, por meio de uma narrativa que reconstrói a memória num deslizamento constante entre a franqueza transparente e o comprometimento denunciador, Procópio recebe a principal herança do coronel, que não é a sua riqueza. Assim como Damião, de “O caso da vara”, que, ao entregar a vara, recebe a cumplicidade dos homens livres na ordem escravocrata e passa a participar do jogo político dos favores, Procópio, ao compactuar com o coronel, recebe o seu legado de malignidade e poder.

O último parágrafo revela a intenção de Procópio em redigir e nos deixar seu “documento humano”. Ele, assim como o coronel Felisberto, deseja dar continuidade àquilo que construiu enquanto consciência, ou seja, deixar seu legado com a concordância dos leitores no pagamento de seu túmulo e no endosso ao epitáfio:

*Adeus, meu caro senhor. Se achar que esses apontamentos valem alguma coisa, pague-me também com um túmulo de mármore, ao qual dará por epitáfio esta emenda que faço aqui ao divino sermão da montanha: “Bem-aventurados os que possuem, porque eles serão consolados” (ASSIS, 1998, p. 217, grifo nosso).*

O narrador coloca o interlocutor/leitor na mesma cadeia de ações regida pelas relações financeiras: é preciso pagar pelo que tem valor. Desde o início, o vínculo com o leitor estabelecido pelo narrador através da franqueza na confissão visava a esse comprometimento final e apostava em sua, nossa referenda.

A atmosfera de perversidade, praticamente imperceptível no início – e justamente por isso –, é o terreno da construção do conto que, por meio da confissão rasgada de alguém que parece não ter nada a esconder, da transparência sedutora, da sinceridade desinteressada, pretende, na verdade, envolver o leitor. A transparência e a sinceridade são desfiguradas pelo interesse num engodo para

corromper o leitor. Do mesmo modo, a forma da confissão por meio das memórias do narrador não é autêntica, já que não se presta a confidenciar de fato, a apaziguar sua consciência, a livrá-lo do peso da culpa do assassinato – tornado luta –, a devolver-lhe a paz de espírito; o formato do conto também é uma deturpação, também é um engodo. O recurso à narrativa torna-se, por assim dizer, uma armadilha ao mobilizar a sedução e a lisonja na construção do “documento humano” porque promove o desapossamento do autêntico, melhor dizendo, a aniquilação do autêntico, “Mas esse desapossamento não existe sem uma cumplicidade secreta [...]” (RICOEUR, 2007, p. 455) – cumplicidade que será cobrada do leitor, afinal trata-se de um relato com endereço certo.

A atmosfera perversa reproduz o mundo das escolhas de Procópio. A deformação dos valores e da consciência aponta um mundo monstruoso, resultado de um ajustamento perverso entre consciência e interesse. Os homens fazem pactos e escolhas, e, ao escolherem, definem uma conduta e, conseqüentemente, definem o mundo em que agem. A nós, leitores, couberam o desfecho do conto e a opção pela resignação diante da consumação absoluta deste mundo – ou não. O consolo, de acordo com o desfecho e com a lógica do relato, ficará para os que possuem – o que seria uma lâstima diante das tantas provocações machadianas.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, M. de. *Contos/Uma antologia*. Seleção, introdução e notas John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- FAORO, R. *A pirâmide e o trapézio*. Rio de Janeiro: Globo, 1988.
- GIANNETTI, E. *Auto-engano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SHAKESPEARE, W. *Hamlet*. Tradução Millôr Fernandes. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2009.

TURCHI, M. Z.; FRAIETTA, E. Crime or fight? Self-deception and the mischievous memory. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 72-80, 2013.

**Abstract:** “The nurse”, by Machado de Assis, exposes the self deceiving process of a first person narrator who intends to corrupt the reader by faking honesty and transparency. This process goes beyond the simplicity of lies and thoughtfulness. It requests a decent level of spontaneity in which fatality swallows the crime, intention gobbles awareness. Therefore, instead of the romantic conflict between essence and appearance, a more complex man arises, a man who is able to adapt values according to interests. Values come up from the conflict, not from safe abstractions.

**Keywords:** short-story; Machado de Assis; self-deception.

Recebido em junho de 2012.

Aprovado em maio de 2013.